



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
2018
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Março/2019

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO CEFOR
RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – 2018
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
DADOS DA INSTITUIÇÃO	3
PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	3
PERSPECTIVA ESTRATÉGICA	9
2. INDICADORES.....	11
ENSINO	11
PESQUISA.....	24
EXTENSÃO	26

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem o objetivo de sintetizar os resultados do processo de autoavaliação institucional estabelecido pelo Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), escola de governo vinculada à Câmara dos Deputados. O processo de autoavaliação visa à proposição de melhoria contínua na qualidade acadêmica e ao aprimoramento da função educacional e da relevância social do Programa.

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da IES: Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), escola de governo vinculada à Câmara dos Deputados.

Código da IES: 201207891

Caracterização de IES: Instituição Pública Federal – Escola de Governo

Estado: DF Município: Brasília

Atos do credenciamento: Portaria MEC nº 51, de 11/1/2005 (credenciamento *lato sensu* por 5 anos), Portaria MEC nº 666, de 22/5/2017 (credenciamento *lato sensu* por 8 anos) e Portaria MEC nº 1331, de 8/11/2012 (credenciamento *stricto sensu*).

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

MISSÃO

O Programa de Pós-Graduação do Cefor tem como missão promover a formação superior de profissionais para o Poder Legislativo, bem como a produção e a disseminação sistemática de conhecimentos, práticas e valores do Parlamento, contribuindo para o aperfeiçoamento institucional da Câmara dos Deputados e para o fortalecimento da democracia no Brasil.

OBJETIVO

Colaborar para o aprimoramento da atuação institucional do Parlamento por meio da formação de profissionais em cursos de pós-graduação e da organização, da produção e da circulação de conhecimento específico da Câmara dos Deputados e do Poder Legislativo, em geral.

ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

Para cumprir sua missão, o Programa de Pós-Graduação possui orientação estratégica para os eixos de ensino, pesquisa e extensão, que constituem vertentes integradas e complementares de atuação. Oferece ampla gama de cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) voltados ao público interno e à sociedade em geral. Apresenta forte atuação em pesquisa, por meio de Grupos de Pesquisa e Extensão que congregam docentes, discentes e pesquisadores internos e externos.

Na vertente da extensão, é relevante a atuação em publicações, especialmente por meio de periódico científico próprio, a revista E-Legis, classificada como Qualis B2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais, e na promoção de eventos de circulação do conhecimento, como as Jornadas de Pesquisa e Extensão.

AÇÃO INSTITUCIONAL

O Programa de Pós-Graduação tem vinculação orgânico-institucional direta com o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, e mantém escopo de atuação consistente com as atribuições constitucionais da mantenedora, especificamente seus processos legislativos e administrativos. O foco é a formação superior de profissionais com habilidades e competências necessárias à análise crítica dos diversos aspectos do Poder Legislativo, capazes de apresentar contribuições para o aprimoramento das funções da Câmara dos Deputados e demais casas legislativas, sobretudo aquelas ligadas ao fortalecimento da democracia e do exercício da cidadania.

O Programa instala-se em edifício próprio do Cefor, que apresenta condições adequadas para realização de suas atividades e bom nível de acessibilidade universal. Compartilha sinergicamente dos recursos e instalações da Câmara dos Deputados, usufruindo dos espaços de atuação política e, especialmente, da biblioteca, que possui elevado nível de serviços e volumoso acervo.

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação e seu processo são valorizados pelo Programa de Pós-Graduação do Cefor, com base nos princípios de participação dos atores e sob a perspectiva de orientação formativa, visando à transformação qualitativa da instituição, dos seus educandos e educadores.

Vista e praticada como processo sistemático de obter, organizar, analisar, interpretar informações e formular juízos de valor, a avaliação direciona-se à efetividade dos resultados, oferecendo subsídios para mudanças com vistas ao desenvolvimento institucional, individual e coletivo. Assim, o Programa passa a ter elementos para o seu autoconhecimento e, dessa forma, adquire condições para aperfeiçoar e direcionar suas ações.

A autoavaliação segue os critérios estabelecidos pelo MEC para avaliação de escolas de governo com vistas à oferta de cursos de especialização e pela Capes para avaliação do Mestrado Profissional em Poder Legislativo.

O Programa de Pós-Graduação do Cefor dedicou o ano de 2018 ao aprimoramento do processo de avaliação interna com o propósito de identificar potencialidades, detectar elementos frágeis, definir indicadores e verificar se os objetivos estão sendo alcançados, com vistas à melhoria da qualidade acadêmica.

Como uma das ações, foi elaborado relatório técnico de análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) a partir das linhas de pesquisa do Programa e com levantamento das temáticas principais que os norteiam. Além disso, foi apresentado ao corpo docente o “Guia de modalidades de TCCs” com o objetivo de esclarecer e incentivar a prática dos diferentes formatos permitidos pela Capes para mestrados profissionais. Foi reformatado o projeto de acompanhamento de egressos, que inclui, atualmente, extrato Lattes de produção acadêmica, comunicação periódica por meio de newsletter e formulário eletrônico de avaliação

(survey) abrangendo questões sobre os impactos profissionais, acadêmicos, pessoais e sociais decorrentes da participação no Mestrado.

INSERÇÃO SOCIAL

O Programa de Pós-Graduação do Cefor, por suas características próprias, configura-se como espaço privilegiado de produção e disseminação do conhecimento inerente ao Poder Legislativo, atuando sistematicamente na educação legislativa continuada como um processo de desenvolvimento pessoal, de preparação para o trabalho e para o exercício da cidadania. As ações de educação, pesquisa e extensão contribuem para trazer à reflexão questões relativas à agenda do Legislativo, aos anseios e à participação da sociedade, à transparência e fiscalização dos atos públicos, à qualidade das leis, à educação política e ao aperfeiçoamento da gestão, entre outras.

A comunidade acadêmica do Programa participa ativamente da atividade política, acarretando repercussões na sociedade. Os discentes atuam em diversas áreas, levando os conhecimentos adquiridos e discutidos no âmbito acadêmico para a administração das casas legislativas, gabinetes parlamentares, consultorias legislativas, imprensa, sociedade civil organizada, dentre outros. Um exemplo do reflexo das pesquisas do programa na sociedade é o aplicativo “Monitora, Brasil!”, desenvolvido com a participação de um dos egressos do Mestrado, cujo trabalho abordou os dados governamentais abertos. O aplicativo “Monitora, Brasil!” é uma ferramenta gratuita que possibilita a qualquer pessoa pesquisar e monitorar o trabalho de Deputados Federais e Senadores. No período eleitoral de 2018, ganhou ampla divulgação em jornais e sites, chegando a mais de cem mil *downloads*.

Ainda com foco na criação de produtos voltados ao aperfeiçoamento do Poder Legislativo e ao desenvolvimento da sociedade, o Programa de Pós-Graduação elaborou, em 2018, o Guia de Trabalhos de Conclusão de Curso para o Mestrado Profissional em Poder Legislativo, que detalha as modalidades de TCC indicadas pela Capes e pelo Regulamento do curso. O objetivo é incentivar discentes e docentes a adotarem formatos variados de TCC, que não somente o da dissertação, como *softwares*, materiais didáticos e até Projetos de Lei (categorizado como projeto técnico). As modalidades foram discutidas em Colegiado e apresentadas aos alunos regulares, o que despertou maior interesse na diversificação das pesquisas e do produto final do curso, como, por exemplo, o robô digital Ulysses que usa inteligência artificial para a tradução de textos legislativos.

A perspectiva de inserção social do Programa se reforçou em 2018 com a ampliação das ações de parceria com escolas de governo como o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado Federal, e o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), do Tribunal de Contas da União (TCU).

Nesse âmbito, merece destaque a implementação do acordo de cooperação firmado entre Câmara dos Deputados, Senado Federal, Tribunal de Contas da União e o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquentes (ILANUD), para a promoção do primeiro Curso de Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, dirigido a servidores do Poder Legislativo e de outros órgãos públicos do país. O curso teve início em abril de 2018, constituindo uma primeira ação de cunho pedagógico focada na reflexão crítica sobre formas de combate à criminalidade e às injustiças sociais.

Outra ação de parceria estratégica entre Câmara dos Deputados, Senado Federal e Tribunal de Contas da União, por meio das suas escolas de governo, foi o

desenvolvimento e início, em agosto de 2018, do Curso de Especialização em Avaliação de Políticas Públicas, atendendo a alunos das casas promotoras e de outras instituições do Poder Executivo federal.

O Cefor participa da Rede Nacional de Escolas de Governo, constituída por 262 instituições governamentais, cujo objetivo é aumentar a eficácia dessas instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e nos três poderes, ao tempo em que busca incentivar o compartilhamento de conhecimentos e trabalhos em parceria. Participa, também, do Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU), que reúne 21 escolas de órgãos como Tribunal de Contas da União, Senado Federal, Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF), Universidade do Banco Central (Unibacen) etc. Essa parceria, formalizada em Protocolo de Cooperação específico, permite a promoção conjunta de eventos, participação em projetos de pesquisa coletivos etc.

A Câmara dos Deputados mantém parcerias com instituições de ensino superior, como a Universidade de Brasília, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal da Bahia, a Fundação Getúlio Vargas e o IESP-UERJ. Docentes e pesquisadores dessas instituições participam de grupos de pesquisa, coordenados por servidores da Câmara dos Deputados, que estudam temas comuns de interesse do Legislativo, ministram aulas e palestras e participam de atividades de intercâmbio acadêmico entre as instituições. A parceria com o IESP-UERJ permitiu a realização, entre 2014 e 2018, do Doutorado Interinstitucional em Ciência Política (Dinter), destinado à titulação de 15 servidores efetivos da Câmara dos Deputados.

Vários outros acordos para promoção de cooperação educacional e técnico-científica foram celebrados, como o estabelecido com a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), com organizações do terceiro setor e outras instituições. Essas parcerias permitiram a recepção de estudantes das organizações, bem como a discussão de temas comuns em projetos de pesquisa.

Com foco na sociedade, a Coordenação de Educação para a Democracia do Cefor desenvolve ações visando ao letramento político dos cidadãos, por meio de diversificadas metodologias, integrando práticas e valores relacionados à representação política e ao processo legislativo na Câmara dos Deputados. Essas ações são configuradas em vários programas, como o Parlamento Jovem Brasileiro, o Estágio-Visita de Curta Duração, a Escola na Câmara, o Estágio Cidadão, o Missão Pedagógica no Parlamento, o Estágio Participação e a Oficina de Atuação no Parlamento.

Educação a distância

Os professores e os alunos contam com o apoio do Núcleo de Educação a Distância do Cefor, que possibilita o uso da plataforma Moodle como apoio às atividades presenciais. A plataforma funciona como repositório de materiais e conteúdos, disponibilizando biblioteca digital, além de permitir interação entre os alunos e entre o professor e os alunos por meio de fóruns, chats, wikis etc. Com a plataforma, o aluno e o professor têm acesso a outros cursos e programas autoinstrucionais que abordam temas transversais ao conteúdo do Mestrado e das especializações, como

Accountability Política, Gênero e Atuação Legislativa e Papel do Legislativo, entre outros.

O Cefor também mantém a plataforma da Escola Virtual de Cidadania – EVC, um espaço aberto a todos os cidadãos que reúne produtos e objetos educacionais sobre educação política e educação para democracia. Além do acesso a todo o conteúdo, docentes, discentes e egressos têm seus trabalhos divulgados na série “Publicações e estudos”, que disponibiliza levantamento do material acessível na Câmara dos Deputados sobre um tema específico, incluindo artigos publicados na Revista E-Legis e trabalhos acadêmicos. Já foram disponibilizados os levantamentos dos temas participação popular, democracia e gênero.

Em 2018, a EVC lançou as séries “O que é”, um dicionário político virtual com explicações, exemplos e curiosidades sobre política, e “Próximas eleições”, explicando as alterações eleitorais que entrariam em vigor em 2018. Outro produto iniciado nesse ano foi o Flux, um espaço de educação para cidadania acessível para pessoas com deficiências auditiva e visual, que já possui dois trabalhos disponíveis: “Inclusão, educação e trabalho” e “O papel das leis”.

INFRAESTRUTURA

Instalações físicas

O Cefor possui auditório com capacidade de 122 lugares, recursos audiovisuais e sistema de teleconferência. São nove salas de aula, todas com quadro branco, projetor multimídia e computador do docente, ar-condicionado e apontador automático de lápis. Estão disponíveis três laboratórios de informática, sendo duas salas com capacidade para 12 alunos e uma sala com capacidade para 24 alunos. Os laboratórios de informática estão disponíveis de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, podendo ser utilizados aos sábados e domingos, quando necessário.

Recursos de Informática

Os laboratórios de informática são igualmente equipados com projetor multimídia, impressora e computadores para docente e alunos, conectados à internet pelo sistema de banda larga da Câmara dos Deputados, com link dedicado. O prédio do Cefor dispõe de acesso à internet via wireless, para utilização pelos servidores e visitantes. Estão instalados, nos computadores dos laboratórios de informática, o pacote Microsoft Office Professional e os programas R, RStudio, XMind e CorelDraw (Adobe).

Biblioteca

A Biblioteca Pedro Aleixo integra o Centro de Documentação e Informação e tem como principal função subsidiar as atividades legislativas e administrativas dos membros e servidores da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. Possui acervo aproximado de 200.000 volumes e 2.060 títulos de revistas especializadas, com foco em Ciências Sociais e ênfase em Direito, Ciência Política, Economia e Administração Pública. No tocante a alunos, professores e pesquisadores, a biblioteca disponibiliza textos científicos e livros, inclusive por meio de novas aquisições, demandados nos planos de curso das disciplinas do Mestrado e nos projetos dos grupos de pesquisa. Destaca-se que pesquisadores, discentes e docentes do Programa possuem o direito ao dobro do prazo e o dobro da quantidade de livros por empréstimo em relação aos demais servidores da Câmara dos Deputados.

A biblioteca é depositária das publicações editadas pela Câmara dos Deputados, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências, incluindo as editadas no Brasil pela UNESCO, pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Possui também valioso acervo de obras raras, totalizando aproximadamente 4.700 volumes, consistindo de pós-incunábulo, livros raros em sua primeira edição, livros esgotados, livros de editores famosos, periódicos valiosos, Coleção das Leis do Brasil, Coleção de Diários Oficiais que, iniciada em 1862, estende-se até 1899, e exemplares da legislação portuguesa e da legislação estadual brasileira.

Além das bases de dados existentes, a Câmara dos Deputados dispõe de acesso ao Portal de Periódicos da Capes, Proquest, ABNT, entre outros, e também à Rede Virtual de Bibliotecas (Rede RVBI), que agrega de forma cooperativa recursos bibliográficos, materiais e humanos de doze bibliotecas públicas: Advocacia-Geral da União, Câmara Legislativa do DF, Ministério da Justiça, Procuradoria-Geral da República, Senado Federal, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas do DF, Tribunal de Justiça do DF, Tribunal Superior do Trabalho e a própria Câmara dos Deputados.

Outros recursos de infraestrutura

A Coordenação de Pós-Graduação, com 10 servidores efetivos e um estagiário, funciona em três salas no Cefor, totalizando 72 m². Estão disponíveis, para uso administrativo, dez microcomputadores, uma TV 32", duas impressoras laser Samsung CLX-6260, sendo uma com impressão colorida e outra monocromática, ambas com recursos de digitalização de documentos. Todos os computadores estão conectados à Internet pelo sistema banda larga da Câmara dos Deputados.

O Cefor dispõe de dois geradores de energia, cada um com potência de 750 KVA, capacidade para 1.100 litros de combustível (óleo diesel), com autonomia de 30h. Há também uma lanchonete escola do SENAC que oferece alimentação completa para almoço e lanches. Além disso, o Cefor tem um setor de reprografia com máquinas para produção de grandes volumes de material. Em caso de necessidade, pode-se recorrer à Gráfica da Câmara dos Deputados, que tem condições de fornecer serviços gráficos com mais recursos.

É importante ressaltar que o Cefor, enquanto órgão da Câmara dos Deputados, conta com toda a infraestrutura da Casa, que abrange uma área total superior a 150.000 m² de área construída com auditórios de múltiplos tamanhos, salas diferenciadas, espaços de convivência, restaurantes, lanchonetes etc. O prédio do Cefor conta ainda com caixa eletrônico, sistema de segurança com câmeras de vídeo, foyer para realização de coquetéis e confraternizações, área de convivência com 160 m², ao ar livre, iluminado e climatizado com cascata, para a realização de atividades como oficinas, socialização e integração.

Em 2018 foram desenvolvidas atividades de ensino, pesquisa e extensão em consonância com as diretrizes estabelecidas para o Ciclo de Gestão Estratégica 2012-2023 da Câmara dos Deputados, com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Cefor.

Sob a perspectiva estratégica, a atuação do Programa busca fortalecer a dimensão do ensino pela consolidação de práticas, manutenção de oferta regular e ampla divulgação dos cursos oferecidos. As ações de pesquisa e extensão têm foco na integração dos colaboradores do Programa com as redes externas de pesquisa e conhecimento, principalmente nas parcerias de pesquisa e colaboração em eventos, bancas de avaliação de trabalhos de conclusão e na produção científica conjunta.

Com o intuito de fortalecer as linhas de pesquisa e incentivar a produção intelectual na área entre docentes e discentes, a Coordenação de Pós-Graduação estabeleceu requisitos para verificação da produção intelectual e acompanhamento dos Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs). Foram selecionadas pesquisas contínuas e estruturadas que passaram a integrar o Diretório de Grupos de Pesquisa/CNPq. Nesse escopo, quatro novos grupos coordenados por docentes do Programa foram inseridos no diretório.

Destaca-se, ainda, a Jornada de Pesquisa e Extensão, organizada anualmente pelo Programa de Pós-Graduação, que tem se consolidado como um espaço de discussão de ideias a respeito do parlamento brasileiro, disseminando o conhecimento que é produzido no âmbito do Mestrado, das especializações e dos grupos de pesquisa da Câmara dos Deputados, bem como aquele produzido por outros órgãos parceiros e interessados como o Senado Federal, o TCU, a Universidade de Brasília e a Universidade Federal de Minas Gerais, entre outros. A cada ano, observa-se crescente participação de pesquisadores de todo o país, oriundos de estados como Pará, Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Um novo público de interesse se aproximou das pesquisas desenvolvidas no Programa, assim como houve ampliação da percepção da área de Poder Legislativo por docentes e discentes.

Com foco em no corpo discente, foram definidas ações para garantir o acompanhamento dos alunos desde o momento de inscrição no processo seletivo dos cursos. Uma “Oficina de elaboração de projetos de pesquisa” foi oferecida para esclarecer dúvidas sobre regras e redação científica. Além disso, os alunos regulares, especiais e egressos também participaram de cursos de extensão sobre “Normalização de trabalhos acadêmicos” e “Preenchimento do currículo Lattes”.

Como parte desse esforço de acompanhamento, a relação com os ex-alunos também está sendo reestruturada com o intuito de promover uma rede de egressos para integração e troca de conhecimentos. Um novo ciclo de avaliação está em execução. Em 2018 foi reformatado o plano de acompanhamento de egressos, com a geração, por meio de sistema próprio, de extrato Lattes de produção acadêmica, comunicação periódica por meio de newsletter e formulário eletrônico de avaliação abrangendo questões sobre os impactos profissionais, acadêmicos, pessoais e sociais da participação no Mestrado, com vistas à melhor compreensão dos caminhos e expectativas desse grupo crescente. O Programa tem know-how de acompanhamento de ex-alunos dos seus cursos de especialização, mantendo a

prática regular de promover avaliações de impacto e acompanhamento dos egressos. São realizados, habitualmente, surveys e grupos focais de avaliação com egressos, dois anos após a conclusão de seus cursos, para avaliação de impacto dos cursos.

A atenção também se voltou ao corpo docente, com o lançamento de edital de credenciamento de três novos professores colaboradores, um para cada linha de pesquisa do Mestrado – seleção a ser concluída em 2019. Também houve o aperfeiçoamento do formulário de avaliação final das disciplinas, que passou a ser enviado eletronicamente aos alunos, com o objetivo de melhor subsidiar a atividade de docência.

Por fim, 2018 se encerrou com a primeira etapa de reenquadramento de docentes, conforme previsto no “Regulamento de credenciamento, descredenciamento e enquadramento, como permanente ou colaborador, dos professores constituintes do Corpo Docente do Curso de Mestrado Profissional em Poder Legislativo – Quadriênio 2017-2020”. A avaliação utilizou o programa Extrato Lattes, desenvolvido internamente, levando em consideração as necessidades do Programa e as orientações da Capes e da Área de Ciência Política e Relações Internacionais.

A seguir são apresentados os indicadores de desempenho relativos às três vertentes de atuação do Programa: ensino, pesquisa e extensão.

2. INDICADORES

ENSINO

A vertente do ensino corresponde à formação de profissionais altamente qualificados para aprofundar e complementar conhecimentos e competências necessárias ao domínio de funções definidas na sua atuação profissional, por meio de cursos de pós-graduação interligando diversas áreas do saber relacionadas às atividades do Legislativo. São áreas mais notoriamente abrangidas pelos cursos a Ciência Política, o Direito, a Administração Pública e a Comunicação Social. Especificamente no Mestrado Profissional em Poder Legislativo, são estudadas três linhas de pesquisa: 1) Gestão Pública no Poder Legislativo; 2) Processos Políticos do Poder Legislativo; 3) Política Institucional do Poder Legislativo. Na Tabela 1 são apresentados os principais indicadores.

Tabela 1: Principais indicadores - Ensino
2005 - 2018

Quantidade de cursos (2005-2018)	36
- Cursos <i>lato sensu</i>	27
- Cursos <i>stricto sensu</i>	9
Alunos regulares (2005-2018)	950
Egressos (2005-2018)	755
Alunos especiais (2005-2018)	650

Desde o início de suas atividades, em 2005, o Programa vem se estruturando no sentido de oferecer diversas oportunidades de educação legislativa em nível de pós-graduação. São realizados cursos *lato* e *stricto sensu*, que podem ser próprios, em parceria ou contratados, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1: Oferta de Cursos do Programa



Até o final de 2018 o Programa realizou 36 cursos (considerando novos cursos ou edições de cursos já ofertados), com entrada de 950 alunos regulares. Concluíram seus cursos com aprovação 755 alunos, incluindo 63 mestres formados no Mestrado Profissional em Poder Legislativo. Além desses, houve a entrada de 650 alunos especiais, a grande maioria no Mestrado.

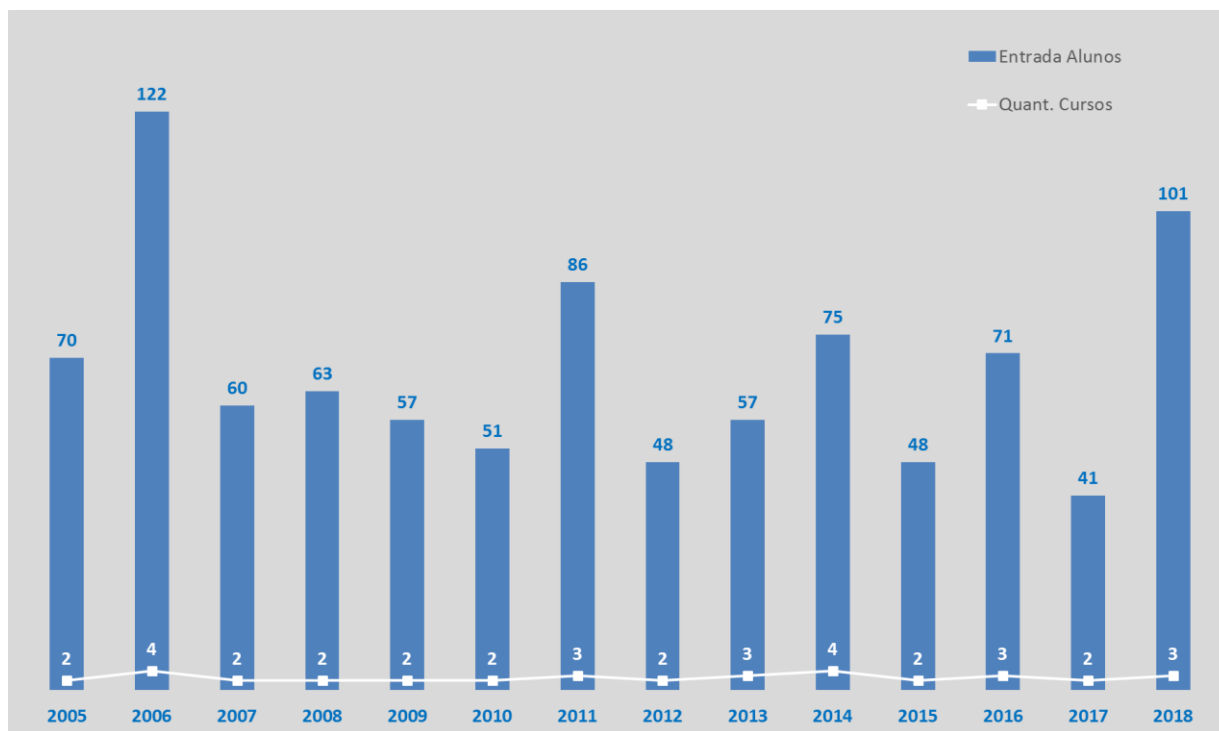
A Tabela 2 relaciona os cursos realizados, a quantidade de alunos regulares que ingressaram e que concluíram seus cursos, e de alunos especiais.

Tabela 2: Cursos realizados pelo Programa, quantidade de alunos e de egressos 2005 - 2018

Curso	Regime	Quant. turmas	Quant.alunos regulares	Quant. egressos	Quant. especiais
Mestrado Profissional em Poder Legislativo <i>*2 turmas em andamento</i>	Próprio	7	115	63	636
Especialização em Processo Legislativo (PL)	Próprio	6	178	170	-
Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo (IP)	Próprio	4	111	100	-
Especialização em Política e Representação Parlamentar (PRP)	Próprio	2	59	52	-
Especialização em Legislativo e Políticas Públicas (LPP)	Próprio	1	30	28	-
Especialização em Gestão Pública Legislativa (GPL)	Próprio	1	21	21	-
Especialização em Parlamento e Direito (PD)	Próprio	2	39	30	14
Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL)	Próprio	1	30	27	-
MBA em Governança Legislativa	Próprio	2	54	53	-
Especialização em Orçamento Público (OP)	Parceria	3	100	85	-
Especialização em Auditoria Interna e Controle Governamental (AICG)	Parceria	1	33	33	-
Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos	Parceria	1	38	-	-
Especialização em Avaliação de Políticas Públicas (APP)	Parceria	1	42	-	-
Especialização em Psicodinâmica do Trabalho	Contratado	1	25	25	-
Especialização em Contabilidade Pública	Contratado	1	30	26	-
Mestrado e Doutorado Interinstitucionais em Ciência Política - IUPERJ	Contratado	1	30	30	-
Doutorado Interinstitucional em Ciência Política (Dinter) – IESP-UERJ <i>*1 turma em andamento</i>	Contratado	1	15	12	-
Total		36	950	755	650

A evolução ao longo do tempo, tanto da quantidade de cursos realizados, quanto do número de alunos ingressantes, resultante da regularidade da oferta, sugere que o Programa está consolidado no âmbito da Câmara dos Deputados e que possui atratividade para profissionais que atuam no Poder Legislativo, em outras instâncias de governo e para a sociedade em geral. O Gráfico 1 ilustra essa evolução desde o início das atividades do Programa.

Gráfico 1: Quantidade de alunos regulares matriculados e de cursos iniciados por ano 2005-2018



No ano de 2018 o crescimento da quantidade de cursos e de alunos regulares matriculados foi de 9% e 11,5%, respectivamente, enquanto a de egressos foi da ordem de 6,8% em relação ao acumulado até 2017. A Tabela 3 mostra esses indicadores de evolução do Programa.

Tabela 3: Indicadores de evolução do Programa 2005 - 2018

Indicadores	Até dez/2017	Até dez/2018	Variação %
Quantidade de cursos	33	36	9%
Quantidade de alunos regulares matriculados	852	950	11,5%
Quantidade de egressos	707	755	6,8%

ÍNDICE CANDIDATO/VAGA

Os cursos oferecidos pelo Programa são abertos à participação tanto de servidores da Câmara dos Deputados quanto de demais interessados, mesmo que não possuam vínculo com instituições públicas ou privadas. As regras são definidas em edital específico para o processo seletivo de cada curso.

A demanda praticamente constante pela formação em nível de pós-graduação parece indicar o interesse de servidores públicos da Câmara dos Deputados e de outras instituições por maior qualificação profissional e acadêmica. A Tabela 4 apresenta o índice candidato/vaga médio para os cursos de especialização (*lato sensu*) e para o Mestrado (*stricto sensu*).

Tabela 4: Índice candidato/vaga
2005 - 2018

Cursos de especialização próprios (2005-2018)	1,56
Mestrado (2013-2018)	2,20

Lato Sensu

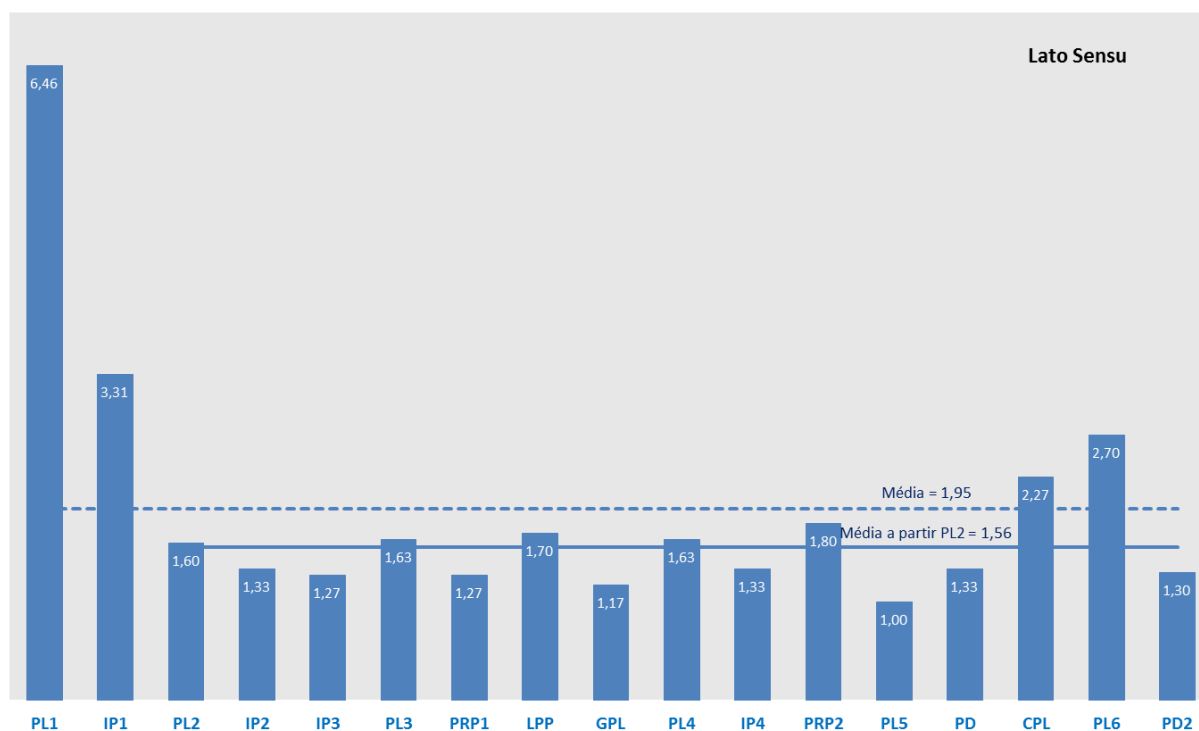
O resultado do índice relativo aos cursos de especialização próprios é detalhado no Gráfico 3, por ordem cronológica de oferta.

O valor médio (1,95) do índice candidato/vaga referente aos cursos de especialização próprios está fortemente influenciado pela alta demanda na oferta das primeiras edições do Curso de Especialização em Processo Legislativo (PL) e do Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo (IP), procura que não se repetiu nas edições posteriores dos demais cursos. Essa média está representada como linha tracejada no Gráfico 3.

O valor médio do índice a partir do curso PL2 (1,56) representa o comportamento característico dos cursos de especialização próprios realizados pelo Programa, desconsiderando os índices elevados das primeiras edições dos cursos PL e IP. Esse índice médio está representado como linha cheia no Gráfico 3.

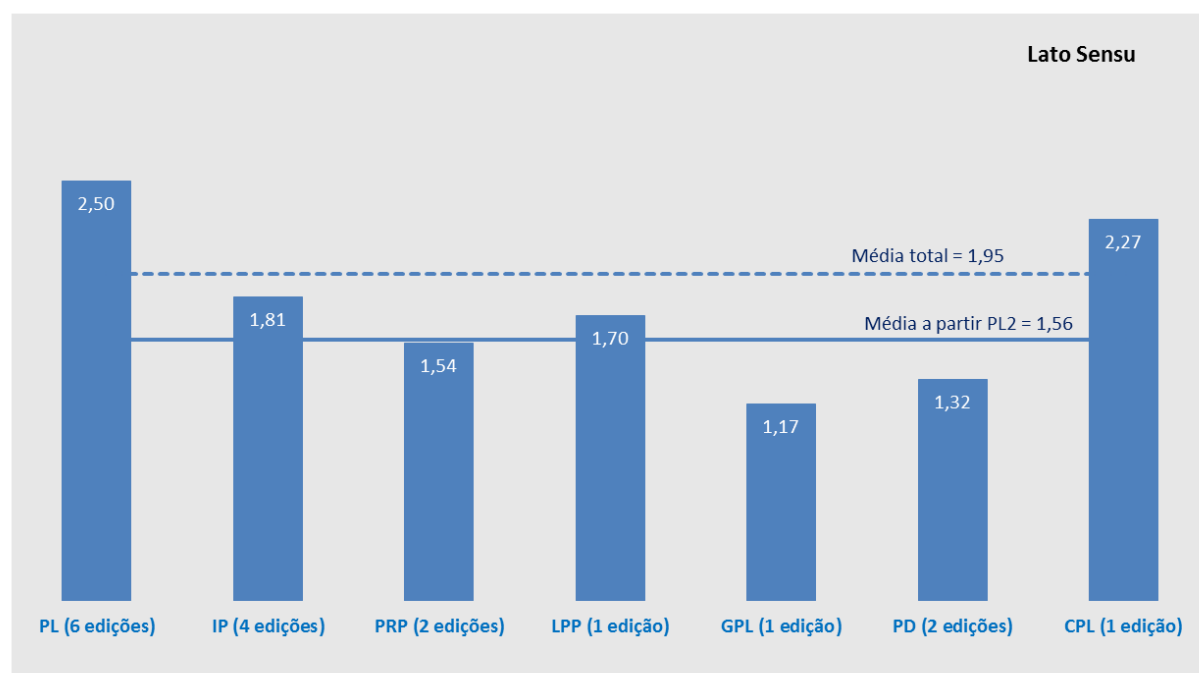
Mantendo a tendência apontada pelo Curso de Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL), o índice alcançado pela 6ª edição do Curso de Especialização em Processo Legislativo (PL6), que teve início em 2016, foi o mais alto desde as primeiras edições dos cursos PL e IP, que iniciaram em 2005.

Gráfico 3: Índice candidato/vaga dos cursos de especialização próprios
2005 - 2018



O Gráfico 4 apresenta o índice candidato/vaga médio agrupado por família de cursos de especialização próprios do Programa. Novamente, os cursos PL e IP têm índices fortemente influenciados pela alta demanda na oferta das primeiras edições, procura que não se repetiu nas edições posteriores. O curso CPL tem índice de 2,27, destacando-se dos demais, apesar de ter sido realizada apenas uma edição.

Gráfico 4: Índice candidato/vaga por família dos cursos de especialização próprios
2005 - 2018

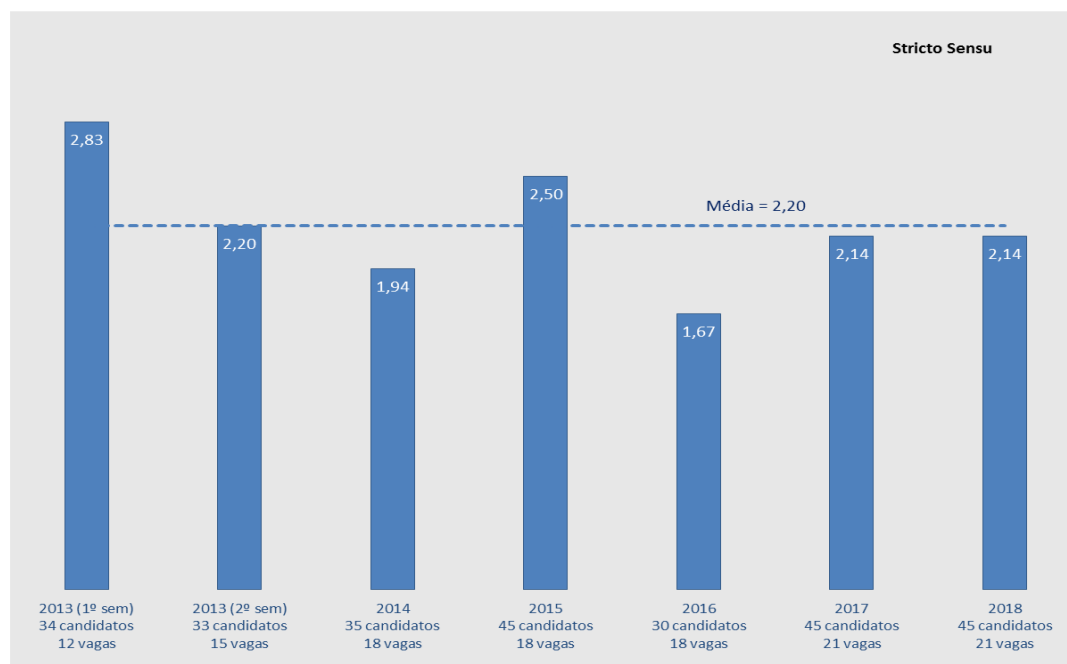


Stricto Sensu

Em 2018 o índice candidato/vaga do Mestrado repetiu o mesmo valor verificado em 2017, chegando a 2,14. Ambos voltaram a se aproximar do índice médio (2,20), apesar da ampliação da quantidade de vagas. Apresentaram-se 45 candidatos, igualando à maior quantidade verificada em 2015.

O resultado do índice relativo ao Mestrado é apresentado no Gráfico 5, por ordem cronológica de oferta das turmas.

Gráfico 5: Índice candidato/vaga do Mestrado
2013 - 2018



ÍNDICE DE EVASÃO

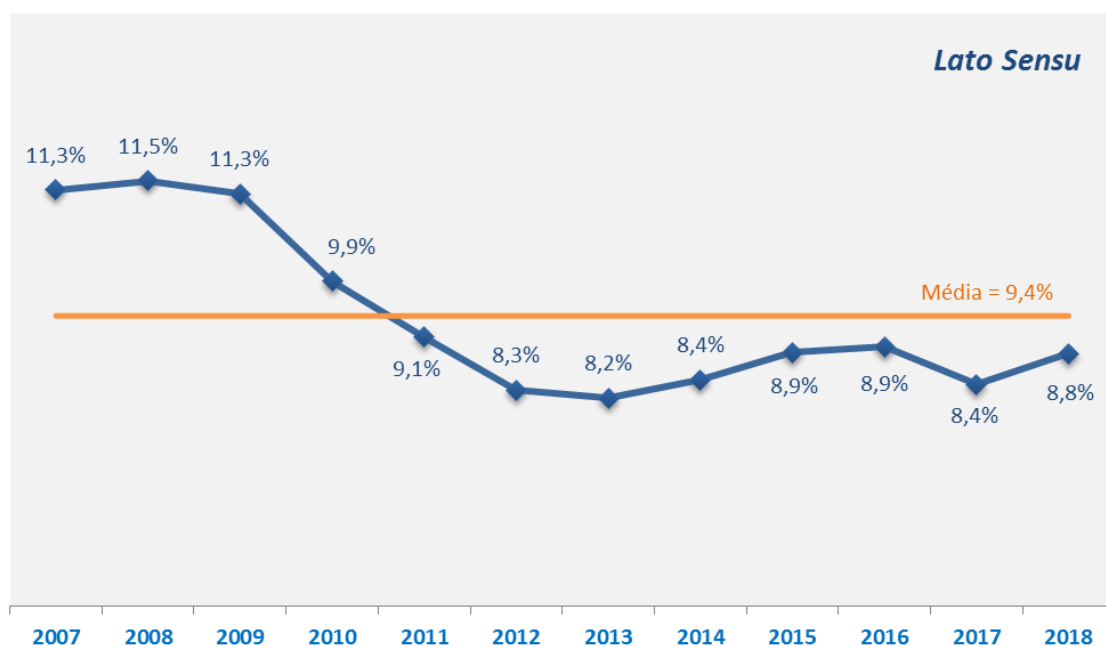
O índice de evasão leva em consideração as desistências e desligamentos dos alunos regulares matriculados após iniciados os cursos.

Tabela 4: Índice de evasão
2005 - 2018

Cursos de especialização (2005-2018)	8,8%
Mestrado – alunos regulares (2013-2018)	8,7%

Considerando alunos regulares de todos os cursos de especialização (próprios e contratados), o índice de evasão, que é de 8,8%, vem se mantendo estável abaixo da média histórica do Programa, como pode ser verificado no Gráfico 2. A maior parcela dos casos de evasão nos cursos de especialização se dá por reprovação final ou desistências por motivos pessoais.

Gráfico 2: Índice de evasão dos cursos *lato sensu* – alunos regulares
2007-2018



No Mestrado, o índice de evasão de alunos regulares é bem semelhante (8,7%), representado, principalmente, por aqueles que abandonam o curso por iniciativa própria decorrente de incompatibilidade de tempo em relação às atividades do trabalho ou por reprovação em disciplinas.

Para o segmento específico de alunos especiais do Mestrado o índice de evasão é mais elevado, tendo em vista a característica mais fluida da relação desse público com o Programa. O índice médio é de 29% e apresenta grande variação ao longo dos semestres. Apesar da quantidade de evasões, essa modalidade de ingresso contribui para a dinamização do curso, otimiza a utilização dos recursos públicos disponibilizados para a oferta das disciplinas, possibilita que interessados em se tornar alunos regulares conheçam as propostas de ensino e pesquisa e favorece a formação de turmas de alunos regulares mais conscientes e preparados para a proposta do curso.

PERFIL DOS ALUNOS – LATO SENSU E STRICTO SENSU

Tabela 5: Principais indicadores – perfil dos alunos
2005 - 2018

Sexo (2005-2018)	
- Feminino	48%
- Masculino	52%
Idade média - em anos (2005-2018)	38,6
Participação de servidores da Câmara dos Deputados nos cursos (2005-2018)	76%
Participação de servidores efetivos entre os alunos da CD (2005-2018)	75%
Tempo médio de trabalho nas respectivas instituições - em anos (2005-2018)	7,9

Pequena maioria dos alunos regulares dos cursos *lato* e *stricto sensu* do Programa continua sendo do sexo masculino (52%), com ligeira aproximação da quantidade de discentes do sexo feminino em relação aos anos anteriores.

A idade média das turmas em 2018 é de 38,6 anos, alinhando-se ao padrão dos anos anteriores. Em 2013, a idade média subiu para 41 anos e caracterizou um pico, decorrente da entrada de duas turmas de alunos do Mestrado, caindo desde então.

A maior parte dos alunos é servidor da Câmara dos Deputados (76%). Em 2018 essa participação caiu em virtude do lançamento de dois cursos de especialização em parceria (ILANUD e APP), com a entrada de alunos de várias instituições públicas.

Os Gráficos 6 e 7 demonstram a evolução desses indicadores no período 2012 a 2018.

Gráfico 6: Idade média das turmas

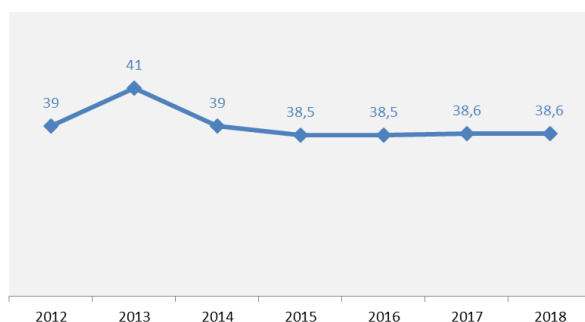
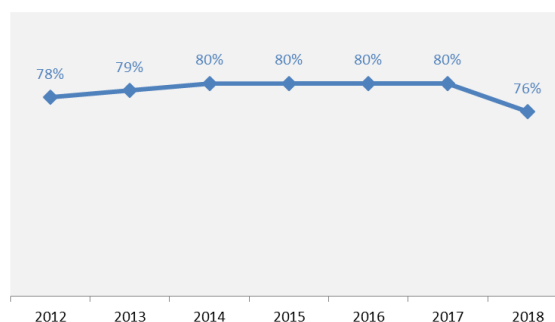


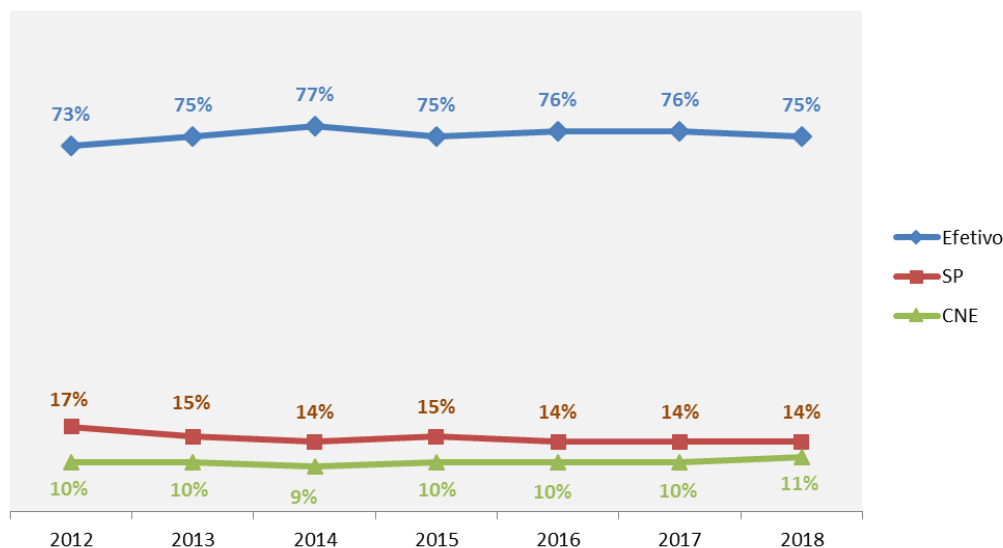
Gráfico 7: Participação de servidores da CD nas turmas



Dentre os alunos servidores da Câmara dos Deputados, 75% são servidores efetivos. Os demais são cargos de livre provimento, sendo 14% secretários parlamentares (SPs) e 11% ocupantes de cargo de natureza especial (CNE). Ao longo dos últimos anos a participação de servidores efetivos despontou em ligeiro crescimento decorrente da realização de turmas fechadas de cursos contratados junto à UnB (Psicodinâmica do Trabalho e Contabilidade Pública) e às turmas do Mestrado, nas quais esse público é majoritário. No ano de 2014 essa tendência se manteve devido à realização do MBA em Governança Legislativa, cuja turma foi composta exclusivamente de servidores efetivos. No ano de 2015 houve ligeiro crescimento da participação de SPs e CNEs decorrente do início do Curso de

Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL), com expressiva participação desses segmentos. Desde então a representatividade dos segmentos dos servidores da Câmara dos Deputados vem se mantendo estável. O Gráfico 8 apresenta esse histórico.

Gráfico 8: Participação de servidores efetivos, SPs e CNEs



Os alunos externos pertenciam, principalmente, às instituições que mantinham acordo de cooperação com a Câmara dos Deputados quando da realização dos cursos, tais como: Advocacia Geral da União (AGU), Câmara Legislativa do DF (CLDF), Controladoria Geral da União (CGU), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Senado Federal (SF) e Tribunal de Contas da União (TCU). Há participação de alunos de entidades representativas, como a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), a Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade (Abralatas), a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Confederação Nacional do Comércio (CNC), o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) e a Federação das Indústrias do Estado de SP (Fiesp). Como os cursos são abertos à comunidade, há presença de alunos ligados a diversas instituições dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em nível federal e estadual, bem como de alunos de empresas privadas, partidos políticos ou sem vínculo empregatício.

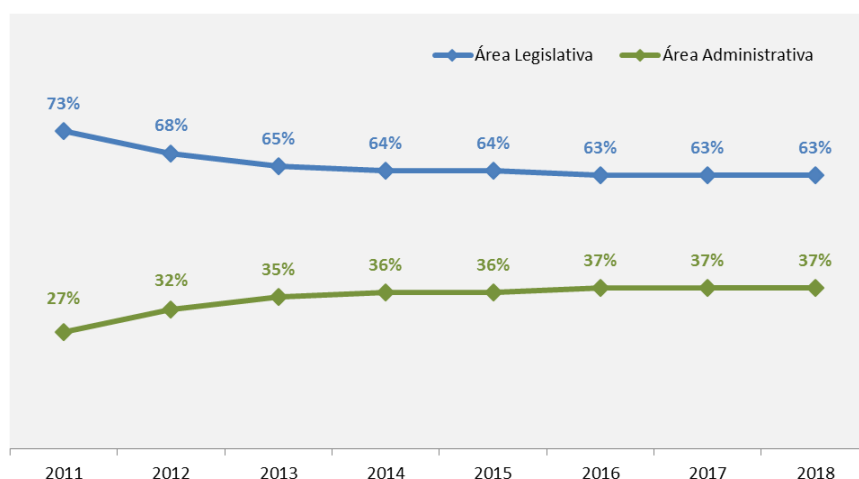
A média de tempo de trabalho dos alunos nas suas respectivas instituições vem decrescendo. Em 2013 era de 9,5 anos, caiu em 2014 para 8,2 anos, e mais ainda em 2015, para 8 anos, mantendo-se nesse patamar em 2016. Em 2017 caiu mais um pouco, para 7,9 anos, repetindo o mesmo tempo médio em 2018. A turma do Mestrado que iniciou em 2018 tem um dos menores tempos médios de trabalho, de 6,3 anos.

Na Câmara dos Deputados, a maioria dos alunos (63%) atuava na área legislativa, que reúne as unidades ligadas à Mesa Diretora da Casa e à Secretaria-Geral da Mesa. Esses alunos estavam lotados em órgãos como Lideranças, Gabinetes Parlamentares, nas diversas comissões vinculadas ao Departamento de Comissões (Decom), na Consultoria Legislativa, no Centro de Documentação e Informação (Cedi), nos órgãos da Mesa Diretora, na Secretaria-Geral da Mesa (SGM), entre outros.

Já os alunos da área administrativa (37%), que reúne as unidades ligadas à Diretoria-Geral da Casa, estavam lotados no Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade (Defin), na Secretaria de Comunicação Social (Secom), no Departamento Médico (Demed), no Centro de Informática (Cenin), no Departamento de Pessoal (Depes), no Departamento Técnico (Detec), entre outros.

Conforme apresentado no Gráfico 9, o atendimento a alunos oriundos da área administrativa da Casa se ampliou nos últimos anos, reduzindo a diferença em relação à área legislativa. Esse movimento decorre da oferta de cursos com turmas fechadas para órgãos como Diretoria de Recursos Humanos (DRH), Demed e Depes – caso do Curso de Especialização em Psicodinâmica do Trabalho – e para órgãos como Defin, Secretaria de Controle Interno (Secin) e Departamento de Material e Patrimônio (Demap) – caso do Curso de Especialização em Contabilidade Pública. Além disso, entre 2014 e 2017 foram ofertadas duas turmas do MBA em Governança Legislativa, no qual a maior parte dos alunos era da área administrativa.

Gráfico 9: Lotação dos servidores da CD nas turmas
2011 – 2018



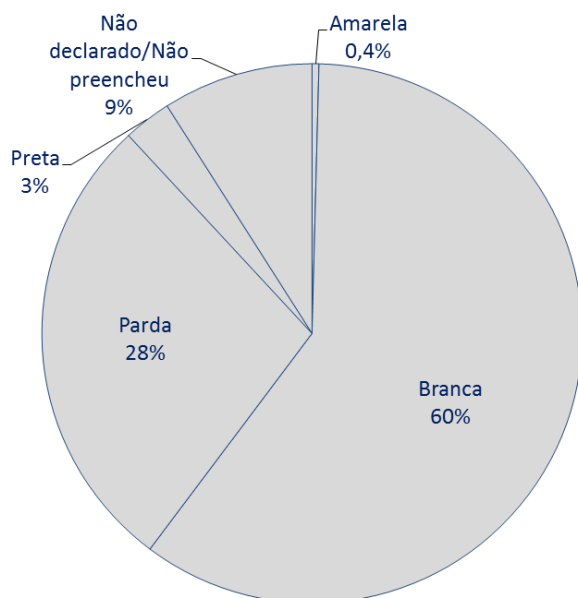
O Programa atende a alunos com formação diversificada. Os cursos de graduação mais informados são Direito, Administração, Jornalismo, Contabilidade, Engenharia, Economia e Letras. Parcela correspondente a 14% dos alunos informaram possuir mais de um curso de graduação. A quantidade de alunos que já possuíam cursos de especialização chegou a 35%, enquanto 6% já tinham mestrado, indicando a atratividade do Programa a indivíduos com formação qualificada. A Tabela 6 apresenta a evolução desses dados no período 2012 (data anterior ao início do Mestrado) a 2018.

Tabela 6: Nível de formação dos alunos
2012 – 2018

Indicadores	Até dez/2012	Até dez/2016	Até dez/2018
Alunos com mais de uma graduação	12%	13%	14%
Alunos com especialização	26%	35%	35%
Alunos com mestrado	6%	6%	6%
Alunos com doutorado	-	1%	1%

A partir de 2014 o Programa passou a solicitar a autodeclaração de raça/cor aos alunos ingressantes que se dispuserem a fornecer essa informação, como ação inserida no Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Câmara dos Deputados. Conforme mostrado no Gráfico 10, a maior parcela dos alunos se declara como branco ou pardo. Não houve registro de autodeclaração como indígena.

Gráfico 10: Autodeclaração de raça/cor
2014 – 2018



PERFIL DOS PROFESSORES

Tabela 7: Principais indicadores – perfil dos professores
2005 - 2018

Quantidade de professores que ministraram aulas nos cursos próprios (2005-2018)	102
Professores do Mestrado (2018)	22
Professores servidores da Câmara - cursos próprios de especialização (2005-2018)	82%
Professores mestre ou doutor - cursos próprios de especialização (2005-2018)	80%

Os professores do Programa são, em grande parte, servidores da Câmara dos Deputados que possuem experiência profissional e formação avançada na sua área de atuação. Adicionalmente, o Programa conta com professores externos, oriundos de instituições de ensino e outros órgãos públicos.

Nos cursos próprios, tanto em nível *lato sensu* quanto *stricto sensu*, 102 professores ministraram aulas até o final de 2018.

O Mestrado Profissional em Poder Legislativo possui quadro de 22 professores, sendo 19 permanentes e 3 colaboradores que foram selecionados para essa atividade por meio de processo seletivo. Todos são servidores efetivos da Câmara dos Deputados e possuem titulação de doutor em diversas áreas, tais como

Ciência Política, Ciências da Informação, Sociologia, Direito, entre outras. O conjunto de professores do Mestrado apresenta qualificação coerente com o que é exigido pela Capes, qual seja, corpo docente que combine formação de bom nível com forte expertise profissional e técnica além de inserção na área de atuação.

No grupo de professores dos cursos próprios de especialização, 81 (82%) são servidores da Câmara dos Deputados e 18 (18%) de outras instituições. Dos professores da Casa, 96% são servidores efetivos e o restante são CNEs (3%) e Secretários Parlamentares (1%). Os professores de outras instituições que atuam nos cursos de especialização são, em sua maioria, oriundos da UnB, Senado, TCU, Unieuro e do Uniceub.

O Programa valoriza professores que tenham titulação avançada em suas áreas de atuação. Assim, conforme ilustra a Tabela 8, a participação de professores com titulação de mestre e doutor chega a 80% nos cursos próprios de especialização, superando em muito a exigência do MEC para a modalidade *lato sensu* que é de, pelo menos, 30% de professores com essas titulações.

Tabela 8: Titulação dos professores dos cursos de especialização
2005 – 2018

Professores da Especialização	Quant.	%	
Doutor	40	40%	} 80%
Mestre	39	40%	
Especialista	20	20%	

De forma semelhante aos alunos, também os professores dos cursos de especialização possuem formação diversificada. As áreas de titulação mais informadas são Ciência Política, Direito, Sociologia, Administração, Economia, Educação, História e Filosofia entre outras. Destaca-se a atuação de professores que obtiveram especialização em cursos próprios do Programa, especificamente no Mestrado Profissional em Poder Legislativo (2 docentes), no Curso de Especialização em Processo Legislativo – PL (5 docentes) e no Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo – IP (4 docentes).

Entre outubro de 2017 e outubro de 2019, está registrado o afastamento do docente Prof. Dr. Ricardo de João Braga (Cefor) para cursar o Mestrado *Roads To Democracy*, na Universität Siegen - UNISIEGEN (Alemanha). O programa oferece um mestrado internacional, interdisciplinar e orientado para pesquisa que combina métodos e abordagens da História, Ciência Política e Sociologia.

ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE (IQCD)

O IQCD é um indicador de desempenho adotado em instituições de ensino superior que retrata a maior ou menor quantidade de professores com titulação de mestrado e doutorado. Relaciona a qualidade do ensino com o volume de pesquisas, pois pressupõe que, quanto maior a quantidade de professores com titulação de mestre ou doutor, maior quantidade e melhor qualidade terão as pesquisas realizadas na instituição.

O IQCD é utilizado nos estudos de avaliação do ensino superior. Seu valor varia de 1, quando todos os professores possuem apenas graduação, até 5,

situação em que todos os docentes são doutores. O indicador é calculado por meio da expressão matemática abaixo, de acordo com as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) para o cálculo dos indicadores de gestão (Decisão nº 408/2002 - PLENÁRIO e ACÓRDÃOS nº 1046/2006 e nº 2167/2006 - Plenário TCU):

onde:

$$IQCD = (5D+3M+2E+G) / (D+M+E+G)$$

D = nº de professores com doutorado;
M = nº de professores com mestrado;
E = nº de professores com especialização;
G = nº de professores apenas graduados.

Dessa forma, o IQCD se refere à média ponderada da capacitação docente obtida através dos seguintes pesos: Doutorado (D) peso 5, Mestrado (M) peso 3, Especialização (E) peso 2 e Graduação (G) peso 1.

O IQCD relativo ao Mestrado Profissional em Poder Legislativo alcança o valor de 5, visto que todos os docentes possuem Doutorado.

O índice referente aos cursos de especialização próprios é 3,6, repetindo o valor dos anos anteriores. Já o IQCD relativo ao Programa (ponderando-se o do Mestrado e o dos cursos de especialização) elevou-se para 3,9 em 2017, tendo em vista a entrada de professores colaboradores do Mestrado (todos doutores). A Tabela 9 apresenta a evolução do IQCD para os dois níveis de ensino (*lato sensu* e *stricto sensu*) e para o Programa de Pós-Graduação.

Tabela 9: Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)
2016 – 2018

Nível	2016	2017	2018
<i>Lato Sensu</i> (Especializações)	3,6	3,6	3,6
<i>Stricto Sensu</i> (Mestrado)	5,0	5,0	5,0
Programa (Especializações e Mestrado)	3,65	3,9	3,9

Obs.: os índices são ponderados pela quantidade de professores em cada nível.

A vertente da pesquisa consiste em estimular a reflexão, a criação e a sistematização de conhecimento técnico especializado de docentes e discentes no campo do Poder Legislativo, principalmente por meio de pesquisas realizadas a partir dos Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs).

GRUPOS DE PESQUISA E EXTENSÃO (GPEs)

Tabela 10: Principais indicadores – GPEs
2018

Grupos de Pesquisa e Extensão - GPEs (2018)	29
Pesquisadores membros dos GPEs (2018)	171
Pesquisadores externos nos GPEs (2018)	37

Os GPEs têm como objetivo levantar dificuldades relacionadas a questões próprias do Poder Legislativo e, em consequência, propor soluções e novos horizontes em um processo de análise e organização dos conhecimentos inerentes à função legislativa.

Para tanto, o Programa estabeleceu regras e estratégias no sentido de estimular a participação de alunos, egressos, docentes, servidores em geral e pesquisadores de outras instituições em pesquisas relacionadas aos assuntos próprios do Poder Legislativo. Em consonância com o programa de Mestrado, as pesquisas são aderentes às seguintes linhas: a) Gestão Pública Legislativa; b) Processos Políticos do Poder Legislativo e c) Política Institucional do Poder Legislativo.

Durante o ano de 2018, os GPEs passaram por um processo de reestruturação no acompanhamento das atividades. Esse trabalho resultou na inclusão de oito grupos permanentes no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq:

- Ciência de Dados Aplicada ao Estudo do Poder Legislativo: abordagem computacional e métodos de análise
- Gestão de Pessoas, Informação e Conhecimento
- Interfaces Contemporâneas da Política de Informação
- O Legislativo e a Política de Saúde no Brasil
- Parlamento e sociedade: representação política, participação e controle social
- Discursos e projetos de mudança social
- Estratégias de construção de vínculo e identidade política dos atores políticos brasileiros
- Parlamento Digital

A redução no número total de GPEs, que chega ao final de 2018 com 29 grupos ativos, reflete a busca por qualidade e efetividade das pesquisas e a consolidação das linhas de pesquisa do Mestrado. Busca-se também aprimorar a gestão dos grupos realizada pela coordenação. O histórico de composição dos

GPEs revela uma quantidade de 6 a 9 grupos em funcionamento e de 28 a 42 participantes entre 2006, ano em que se iniciaram, e 2009. A partir de 2010, essas quantidades se elevaram, como demonstrado nos Gráficos 11 e 12.

Gráfico 11: Quantidade de GPEs
2010 - 2018

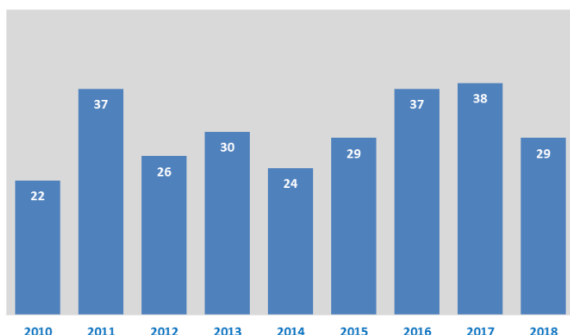
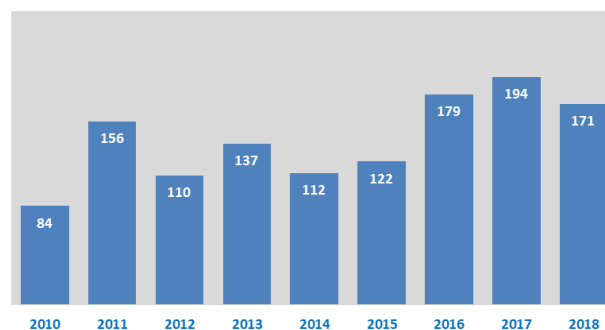
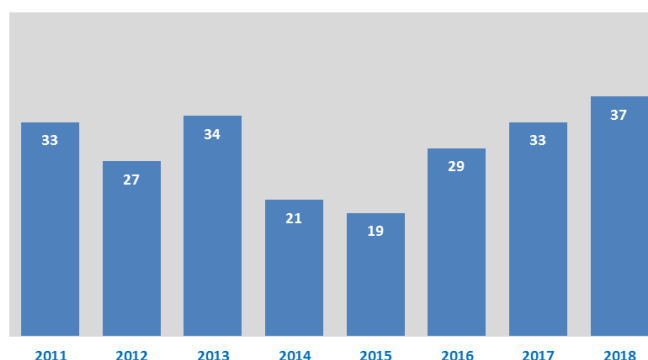


Gráfico 12: Quantidade de membros dos GPEs
2010 - 2018



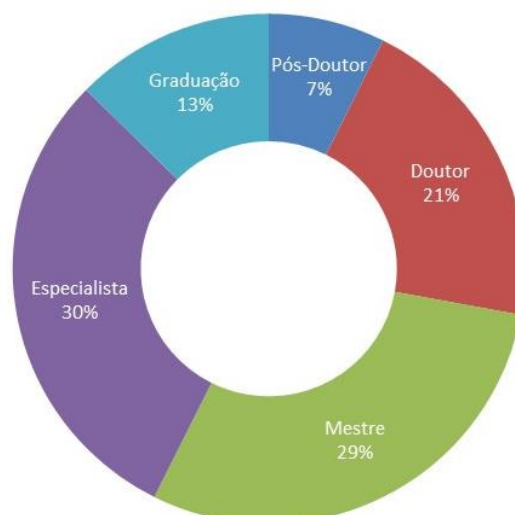
Ainda em relação aos anos anteriores, manteve-se a pluralidade de integrantes, com crescimento da quantidade de pesquisadores externos, conforme demonstrado no Gráfico 13. Além da importante participação de pesquisadores oriundos da Câmara dos Deputados, há 37 membros externos, ligados às seguintes instituições: Senado Federal, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Tribunal de Contas de Minas Gerais, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério da Justiça, Ministério da Defesa, TRF 1ª região, Universidade de Brasília, Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Minas Gerais, University of Leeds (UK), Luther College (EUA) e Duke University (EUA).

Gráfico 13: Quantidade de membros externos dos GPEs
2011 - 2018



Os membros possuem formação em várias áreas do conhecimento. A proporção de mestres, doutores e pós-doutores representa 56% do total de participantes. O Gráfico 14 detalha essa distribuição.

Gráfico 14: Titulação dos membros dos GPEs
2018



A extensão objetiva atingir mais diretamente a sociedade e consiste na difusão dos resultados das ações de ensino e pesquisa gerados no Programa. Realiza-se pela edição de publicações como forma de estímulo à difusão do conhecimento legislativo, oportunidades de educação legislativa (focadas quase na totalidade no público externo) e eventos de disseminação científica para a comunidade interessada.

Por ser um Programa voltado para o estudo do Poder Legislativo, o conhecimento produzido está diretamente vinculado às ações de extensão, seja por meio do impacto das pesquisas realizadas, seja por meio da participação ativa de docentes, discentes e pesquisadores na atividade política, administração das casas legislativas, gabinetes parlamentares, consultorias legislativas, imprensa, sociedade civil organizada, dentre outros. Também o acesso facilitado a veículos como Rádio e TV Câmara contribui para a inserção dos docentes e discentes junto à mídia nacional, com possibilidade de publicação de artigos de opinião em veículos específicos, como a revista Congresso em Foco.

Visando a divulgação dos trabalhos produzidos no Programa de Pós-Graduação, em ação conjunta com o Centro de Documentação e Informação (Cedi) da Câmara dos Deputados, todos os arquivos de monografias, dissertações e teses dos alunos que completam os cursos são depositados na Biblioteca Digital. Lá, são publicados segundo as normas de direito autoral e em conformidade com os padrões de apresentação de trabalhos científicos, formando o banco de trabalhos de conclusão de curso.

A pesquisa realizada no âmbito do Programa tem como objetivo responder a questões presentes na Câmara dos Deputados e no Poder Legislativo de uma forma geral. Abaixo são relacionados alguns exemplos de trabalhos de conclusão de curso que apresentam esse tipo de impacto:

- Tradução automática de leis – Mestrado (em andamento) – a pesquisa está subsidiando o trabalho do robô digital Ulysses. O trabalho foi apresentado à União Interparlamentar (organização internacional dos parlamentos dos estados soberanos) para realização de pesquisas conjuntas e troca de informações.
- Dados governamentais abertos: um diagnóstico da demanda na Câmara dos Deputados – Mestrado – verificou-se que o uso dos dados vai além do desenvolvimento de aplicações digitais, sendo úteis também para pesquisas acadêmicas e reportagens, e que os produtos gerados com os dados abertos contribuem para melhoria da transparência da Câmara e muitas vezes estão alinhados com as diretrizes estratégicas da Casa na direção de favorecer o entendimento da sociedade sobre o papel do Legislativo, o funcionamento da instituição e as atividades dos deputados.
- Lobby e a sua regulamentação no Brasil: uma análise sistemática sobre as propostas e possibilidades de normatização – Mestrado – mostrou que a regulamentação, o lobby pode se manifestar como uma atividade transparente e controlável por segmentos da sociedade.
- Representação política das pessoas com deficiência na Câmara dos Deputados: aspectos institucionais e a percepção do representado – Mestrado – resultados para a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Câmara dos Deputados.

- Apuração de Custos no Setor Público: diagnóstico para implantação do SIC – Sistema de Informação de Custos do Governo Federal na Câmara dos Deputados – Mestrado – avaliou as condições necessárias para a implantação de um Sistema de Informação de Custos na Câmara dos Deputados.
- Trabalhadores e o Ambiente de Trabalho no Poder Legislativo Federal Brasileiro: Edifício Doente ou Edifício Adoecedor? – Mestrado – relatou que, como instituição responsável pela elaboração das leis, é importante à CD o autoconhecimento com respeito às condições que provêm ambiente físico e psicossocial adequado aos seus trabalhadores e que valorizem a gestão com ênfase em Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).
- Efeitos do Parlamento Jovem Brasileiro no comportamento político dos egressos (2006 a 2014) – Mestrado – estudou os efeitos do PJB na cultura cívica, no engajamento cívico e na participação política formal dos egressos. Os resultados apontam para uma mudança cultural duradoura e abrangente no nível da atitude política expressa no crescimento da confiança política no Poder Legislativo e, em menor nível, nos partidos políticos.
- Estruturação de Central de Relacionamento com os Deputados – MBA1 – implantando em dez/2016, vem atendendo a grande volume de solicitações.
- Contratação de fornecimento de energia elétrica para o Congresso Nacional – MBA2 – em implantação.
- Modernização das instalações hidro sanitárias do Anexo IV – MBA2 – em implantação.

REVISTA ELETRÔNICA E-LEGIS

Tabela 11: Principais indicadores – E-Legis
2008 – 2018

Edições da Revista E-Legis (2008-2018)	29
Artigos publicados na Revista E-Legis (2018)	34
Artigos publicados na Revista E-Legis (2008-2018)	207
Quantidade de acessos de artigos da Revista E-Legis (2018)	20.757
Quantidade de acessos de artigos da Revista E-Legis (2008-2018)	137.614

Quanto às publicações, destaca-se a Revista eletrônica E-Legis (ISSN: 2175-0688), publicada desde 2008, em que são divulgados resultados de pesquisa voltados para temas relevantes sobre o Legislativo. A revista é aberta para submissões de trabalhos de autores interessados nas questões do Poder Legislativo, abrindo espaço para trabalhos, artigos e relatos de pesquisas produzidos por alunos, professores e pesquisadores vinculados aos cursos e aos grupos de pesquisa e extensão da Câmara dos Deputados.

Os objetivos da E-Legis compreendem o estímulo à circulação de ideias e incentivo ao debate de temas ligados às linhas temáticas do Programa, a contribuição para o enriquecimento do processo de produção e a disseminação de conhecimento próprio do Poder Legislativo, tornando-se um dos veículos privilegiados de divulgação de estudos e pesquisas realizados na área.

A E-Legis é publicada quadrimestralmente (desde 2013) e oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar

gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização do conhecimento.

No sistema de avaliação adotado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), denominado Qualis, a Revista E-Legis é classificada no estrato B2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais. Essa qualificação reforça a relevância da Revista e gera a perspectiva de ampliar seu reconhecimento pela comunidade científica.

A E-Legis está indexada na base de dados Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal), que é um sistema de informação dedicado ao registro e difusão de revistas acadêmicas editadas nos países ibero-americanos. Está em processo de aceitação nas bases de dados Redalyc (Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal), Clase (Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades) e Doaj (Directory of Open Access Journals). Também vem empreendendo ações visando sua indexação na base de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online).

Diante do crescimento e da consolidação da revista E-Legis, busca-se agora maior internacionalização e visibilidade, com a publicação de versões trilingues (português, inglês e espanhol), incluindo os volumes publicados a partir de 2017. As traduções foram realizadas ao longo do ano de 2018 para publicação da versão trilingue no primeiro semestre de 2019.

Em 2018 a Revista eletrônica E-Legis alcançou seu 27º número, além de publicar duas edições especiais, chegando ao total de 29 edições, com 207 artigos e 137.614 *downloads* acumulados.

Desde 2011, ano em que se iniciou a avaliação de impacto da Revista, a quantidade de *downloads* teve evolução de mais de sete vezes. A evolução ano a ano foi mais significativa em 2014 e, desde então, vem demonstrando maior estabilização. A Tabela 12 demonstra esses dados.

Tabela 12: Evolução da quantidade de *downloads* de artigos da E-Legis 2011 – 2018

Ano	Quant. de edições no ano	Quant. de <i>downloads</i> acumulado	Evolução percentual ano a ano	Evolução percentual acumulada
2011	2	18.600	-	-
2012	2	30.193	62%	62%
2013	3	44.426	47%	239%
2014	3	75.300	69%	405%
2015	3	90.490	20%	487%
2016	3	102.065	13%	549%
2017	4	116.857	14%	628%
2018	4	137.614	18%	740%

AÇÕES DO CEFOR JUNTO AO PÚBLICO EXTERNO

O Cefor, por meio da sua Coordenação de Educação para a Democracia, desenvolve uma série de atividades com perfil extensionista. A produção do conhecimento legislativo dentro do Programa está vinculada à realização dessas ações junto à sociedade, principalmente por meio de pesquisas que discutem o impacto da educação para a democracia no âmbito da Câmara dos Deputados e na sociedade.

Os diversos programas listados abaixo atenderam a um total de 1.779 participantes em 2018.

- Estágio Cidadão: destinado aos universitários que fazem estágio na Câmara dos Deputados, seu objetivo é propiciar aos estagiários a oportunidade de adquirir conhecimentos sobre o papel do Legislativo e desenvolver atitudes positivas com relação ao exercício da cidadania ativa. Em 2018 foram 46 participantes.
- Estágio-Visita de Curta Duração: o programa possui a duração de uma semana e tem por objetivo proporcionar a estudantes universitários de diversos estados da federação informações acerca da Câmara dos Deputados e do Poder Legislativo. Em 2018 foram realizadas 9 edições, no total de 533 participantes. Uma dissertação do Mestrado, intitulada “EDUCAÇÃO PARA A DEMOCRACIA: desafios e perspectivas a partir da análise do perfil dos participantes dos programas Estágio-Visita de Curta Duração e Parlamento Jovem Brasileiro da Câmara dos Deputados”, analisou a adesão a conceitos adotados de democracia e cidadania de participantes dos programas Estágio-Visita de Curta Duração e Parlamento Jovem Brasileiro da Câmara dos Deputados e de jovens de idade e escolaridade semelhantes. Os resultados apontam que, comparados os jovens que tiveram a iniciativa de participar de um dos programas oferecidos pela Câmara dos Deputados com os que não participaram, os primeiros apresentam resultados mais positivos, demonstrando assim maior adesão aos conceitos adotados de democracia e cidadania.
- Missão Pedagógica no Parlamento: programa de capacitação destinado a professores de escolas públicas de todo o país com o objetivo de fornecer a estes profissionais subsídios didáticos que contribuam para a inserção de temas relativos à democracia e à cidadania no cotidiano escolar. Em 2018, 441 professores participaram de um curso a distância de 30h. Desses, foram selecionados 60 que participaram de uma formação presencial de 40h e, ainda, de uma etapa em que implementam, de forma orientada, projetos pedagógicos de intervenção em suas comunidades escolares, com duração de 50h. Uma dissertação do Mestrado, intitulada “Legislativo Educativo: o caso do Programa Missão Pedagógica no Parlamento da Câmara dos Deputados”, analisou o programa sob o foco da função educativa do Legislativo buscando entender como o programa atua na formação cívico-política e na promoção da prática da Educação para a Democracia entre os professores participantes.
- Parlamento Jovem Brasileiro: programa promovido em parceria com a Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, com o objetivo de propiciar a estudantes do nível médio de todos os estados brasileiros a vivência do processo político e democrático mediante participação em uma jornada parlamentar de uma semana, com diplomação, posse e exercício de mandato legislativo. Em 2018 foram 78 participantes. Uma dissertação do Mestrado, intitulada “Efeitos do Parlamento Jovem Brasileiro no comportamento político dos egressos (2006 a

2014)” estudou os impactos do PJB na cultura cívica, no engajamento cívico e na participação política formal dos egressos. Os resultados apontam para uma mudança cultural duradoura e abrangente no nível da atitude política expressa no crescimento da confiança política no Poder Legislativo e, em menor nível, nos partidos políticos.

- **Oficina de Atuação no Parlamento:** destinado a grupos de voluntários, associações comunitárias, ONGs e OSCIPs com programação de 3 dias. Tem o objetivo de fornecer aos alunos as ferramentas para acompanhar e participar do processo de elaboração de leis, mediante a oferta de conhecimentos fundamentais sobre a relação entre Estado e sociedade (cidadania), com foco na participação e na organização comunitárias; bem como de informações e canais de comunicação da Câmara dos Deputados à população. Em 2018, foram 88 participantes.
- **Atendimento a Escolas e Universidades na Câmara:** objetiva atender às demandas de instituições de ensino superior que possuem interesse em realizar visitas à Câmara dos Deputados com seus estudantes. Em geral, tais ações incluem aulas dialogadas, debates e visita institucional, com carga horária de 4h a 8h de duração. Em 2018 foram 151 participantes.
- **Politeia:** realizado em parceria com o Instituto de Ciência Política (IPOL), o Politeia promove uma simulação das atividades parlamentares que vincula o tripé ensino, pesquisa e formação política. Sua função principal é prover aos estudantes universitários interessados em processo legislativo o conhecimento e a vivência das atividades políticas, incrementando a comunicação entre estado e sociedade civil e proporcionando uma experiência única através da prática dessas atividades. Os universitários que participam dessa simulação recebem um treinamento sobre o Poder Legislativo, propõem projetos de lei fictícios e acompanham sua tramitação em algumas comissões e no plenário durante o período de cinco dias de trabalhos. Em 2018, foram 117 certificados.
- **Estágio Participação:** destina-se a estudantes universitários de todo o país e a cada edição aborda um dos principais temas em discussão no Parlamento. Tem como objetivo estimular a participação democrática e cidadã de universitários por meio de atividades que propiciem conhecimento sobre o Poder Legislativo. Cada missão envolve a produção, pelos próprios participantes, de conteúdos em meio digital que devem ser postados em suas redes sociais. Em 2018 foram realizadas 4 edições com a participação de 177 estudantes.

EVENTOS

Tabela 13: Principais indicadores - eventos
2018

Eventos realizados pelo Programa (2018)	9
Público nos eventos (2018)	436

No decorrer de 2018, foram realizados nove eventos abertos à comunidade acadêmica e a participantes externos ao Programa, com público total de 436 pessoas. Tratam-se de atividades diretamente ligadas ao ensino e à pesquisa realizados pelo Programa de Pós-Graduação, com a participação de professores,

alunos e egressos como público e como apresentadores dos resultados de suas pesquisas.

Destaca-se a Jornada de Pesquisa e Extensão, organizada anualmente pelo Programa de Pós-Graduação. Em 2018 foi realizada a IX Jornada de Pesquisa e Extensão, com o tema “O Espaço da Democracia: desdobramentos políticos e reflexos na gestão do Poder Legislativo”. O evento reuniu 115 participantes e 35 trabalhos de pesquisa tratando de questões relativas à representação política, presidencialismo de coalizão, gestão pública no Legislativo e controle da corrupção. O evento ocorreu pela primeira vez em parceria com outra área da Casa, o Departamento Técnico (Detec/Câmara dos Deputados). A parceria inovadora trouxe palestras e discussões com professores da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que envolveram as áreas de engenharia e arquitetura ligadas à ciência política e ao Poder Legislativo, ampliando o público e a visibilidade do Programa.

Destacam-se, ainda, as aulas inaugurais dos dois semestres letivos, proferidas pelo Ministro do Tribunal de Contas da União Bruno Dantas e pela Secretária de Estado de Projetos Estratégicos do Governo do Distrito Federal Maria Raquel Mesquita Melo. Também teve grande relevância a palestra internacional ministrada pelo docente e pesquisador da universidade francesa Sciences Po Prof. Pascal Perrineau, que recebeu participantes ligados à Embaixada da França.

Em 2018 foram realizados os seguintes eventos:

Fevereiro

- Aula Inaugural 1º Semestre

A função de controle e fiscalização da administração pública em relação ao funcionamento do Estado	PALESTRANTE: Bruno Dantas - Ministro do Tribunal de Contas da União. DATA: 26/02/2018 LOCAL: Auditório do Cefor	53 participantes
---	---	---------------------

Abril

- Palestra (2 turmas)

Análise do discurso parlamentar por meio da técnica do processamento de linguagem natural: abordagem estatística e aprendizagem de máquina	PALESTRANTE: Fabiano Peruzzo Schwartz - Cefor DATAS: 05 e 12/04/2018 LOCAL: Sala 39 e Auditório do Cefor	113 participantes
- Oficina Lattes para discentes	PALESTRANTES: Prof. Antonio Teixeira de Barros e Prof. Terezinha Elisabeth da Silva, Cefor DATA: 12/04/2018 LOCAL: Sala 24 do Cefor	17 participantes

Maio		
- Palestra		
Eleições na França: um ano de Presidência de Macron	PALESTRANTE: Prof. Pascal Perrineau – Sciences Po DATA: 07/05/18 LOCAL: Auditório do Cefor	25 participantes
Agosto		
- Aula Inaugural 2º Semestre		
A experiência do Escritório de Projetos Estratégicos do GDF: avanços e desafios	PALESTRANTE: Maria Raquel Mesquita Melo – Secretária da Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos / Governo do Distrito Federal DATA: 06/08/18 LOCAL: Auditório do Cefor	47 participantes
Setembro		
- IX Jornada de Pesquisa e Extensão		
O Espaço da Democracia: desdobramentos políticos e reflexos na gestão do Poder Legislativo	PALESTRANTES PRINCIPAIS: Prof. Dr. Frederico Holanda, da UnB, e Prof. Dr. Andrey Rosenthal Schlee, IPHAN. DATA: 17 e 18/09/2018 LOCAL: Auditório do Cefor	115 participantes
Outubro		
- Oficina Lattes para discentes	PALESTRANTES: Prof. Antonio Teixeira de Barros e Prof. Terezinha Elisabeth da Silva, Cefor DATA: 18/10/2018 LOCAL: Sala 24 do Cefor	14 participantes
Novembro		
- Oficina de Normalização de Trabalhos Acadêmicos	PALESTRANTE: Prof. Terezinha Elisabeth da Silva, Cefor DATA: 29/11/2018 LOCAL: Sala 24 do Cefor	23 participantes
Dezembro		
- Oficina de Elaboração de Projetos de Pesquisa	PALESTRANTE: Prof. Antonio Teixeira de Barros e Prof. Terezinha Elisabeth da Silva, Cefor DATA: 06 e 10/12/2018 LOCAL: Sala 39 do Cefor	29 participantes